

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Cláudia Maria Soares

ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS E “RURAIS”: uma análise sobre a infraestrutura escolar na microrregião de Itapetininga/SP (2012 e 2018)

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA - PR

2020

Cláudia Maria Soares

ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS E “RURAIS”: uma análise sobre a infraestrutura escolar na microrregião de Itapetininga/SP (2012 e 2018)

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão e Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal”.
Orientador: Prof. Dr. Eduardo Bernardes de Castro.

CURITIBA - PR

2020

TERMO DE APROVAÇÃO



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Gestão Pública Municipal



ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS E ?RURALS?: uma análise sobre a infraestrutura escolar na microrregião de Itapetininga/SP (2012 e 2018)

por

CLAUDIA MARIA SOARES

Esta monografia foi apresentada às 14:00 do 12 de novembro de 2020 como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal** – Polo de Itapetininga - SP, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**

Hilda Alberton de Carvalho

Eduardo Bernardes de Castro

Isaura Alberton de Lima

a autenticidade deste documento pode ser verificada através da URL:
<http://certificados.utfpr.edu.br/validar/D1790162>

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as escolas municipais urbanas e do campo no que diz respeito à infraestrutura escolar nos municípios de Alambari, Angatuba, Guareí, Itapetininga, urbes da microrregião de Itapetininga-SP. O lócus da pesquisa foi escolhido com base na área de atuação profissional e social da autora e com base na definição geopolítica da microrregião de Itapetininga (SP). O objetivo geral, dentro do recorte histórico definido, foi analisar a infraestrutura escolar levantada no âmbito das escolas municipais da microrregião indicada e, a partir desta análise, apontar a existência ou não de diferenças entre as infraestruturas das escolas do campo em relação às do espaço urbano. Para o alcance deste objetivo e direcionamento à resposta da questão problema, este estudo está disposto sobre os seguintes objetivos específicos: caracterizar os dados de infraestrutura escolar das escolas municipais dos municípios integrantes da microrregião de Itapetininga e realizar uma análise comparativa das conjunturas da infraestrutura escolar urbana e rural. Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa classifica-se em exploratória e descritiva e quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada por se utilizar de documentos para a coleta de dados, pois busca compreender de forma mais aprofundada este cenário. O estudo atravessou dois governos politicamente diferenciados, o recorte histórico adotado foi do ano de 2012, final da metade de um governo, até a primeira metade da última gestão 2018/2020. Concluiu-se que a gestão pública municipal dos municípios pesquisados neste estudo exhibe no que alcança dados sobre infraestrutura das escolas urbanas em comparação às escolas do campo, dados que se inclinam para um favorecimento à escola urbana, ratificando estudos anteriores que abordam a precarização da escola do campo.

Palavra-Chave: Escola municipal. Escola do campo. Infraestrutura escolar. Gestão municipal.

LISTA DE TABELAS

tabela 1	Dados populacionais dos municípios da microrregião de Itapetininga (SP)	29
tabela 2	Dados do Censo Escolar do município de Alambari (SP)	31
tabela 3	Dados do Censo Escolar do município de Angatuba (SP)	34
tabela 4	Dados do Censo Escolar do município de Guareí (SP)	38
tabela 5	Dados do Censo Escolar do município de Itapetininga (SP)	41
gráfico 1	Quanto à quantidade de escolas, matrículas e funcionários – ano 2012	44
gráfico 2	Quanto à quantidade de escolas, matrículas e funcionários – ano 2018	44
gráfico 3	Quanto aos serviços – ano 2012	46
gráfico 4	Quanto aos serviços – ano 2018	47
gráfico 5	Quanto às dependências e acessibilidade – ano 2012	48
gráfico 6	Quanto às dependências e acessibilidade – ano 2018	48
gráfico 7	Quanto à tecnologia – ano 2012	49
gráfico 8	Quanto à tecnologia – ano 2018	50

LISTA DE FIGURAS

figura 1	Itapetininga e municípios vizinhos	26
figura 2	Urbes da Microrregião de Itapetininga	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas)
- AEE (Atendimento Educacional Especial)
- BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)
- CFRs (Casas Familiares Rurais)
- EFA (Escolas-Família Agrícolas)
- EJA (Educação para Jovens e Adultos)
- EMEIEF (Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental)
- EMEIF (Escola Municipal de Educação Infantil)
- Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)
- FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- IDH (Índice Desenvolvimento Humano)
- Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira)
- LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
- OMS (Organização Mundial da Saúde)
- ONU (Conselho de Direitos Humanos da ONU)
- Pronacampo (Programa Nacional de Educação do Campo)
- QEduc (Site sobre IDEB e Censo Escolar – <http://www.qedu.org.br>)
- Serçe (Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	INFRAESTRUTURA ESCOLAR	12
2.1.1	Infraestrutura e ensino escolar	12
2.1.2	Elementos da Infraestrutura no censo escolar	14
2.1.2.1	Alimentação	15
2.1.2.2	Serviços (saneamento, coleta de Lixo e energia)	16
2.1.2.3	Dependências físicas	16
2.1.2.4	Tecnologia	18
2.1.2.5	Acessibilidade	18
2.1.2.6	Recursos de Pessoas	19
2.2	EDUCAÇÃO DO CAMPO	19
2.2.1	Conceitos básicos	19
2.2.2	Precarização da escola do campo	22
3	METODOLOGIA	25
3.1	TIPOS DE ESTUDO	25
3.2	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	26
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
4.1	A MICRORREGIÃO DE ITAPETININGA(SP)	28
4.2	INFRAESTRUTURA ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS	30
4.2.1	Município de Alambari: comparativo escola urbana e do campo	31
4.2.2	Município de Angatuba: comparativo escola urbana e do campo	34
4.2.3	Município de Guareí: comparativo escola urbana e do campo	38
4.2.4	Município de Itapetininga: comparativo escola urbana e do campo	41
4.3	COMPARATIVO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO CAMPO ENTRE OS MUNICÍPIOS	44
4.3.1	Quanto à quantidade de escolas, matrículas e funcionários	44
4.3.2	Quanto aos serviços	46
4.3.3	Quanto às dependências e acessibilidade	48
4.3.4	Quanto à tecnologia	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	54

1 INTRODUÇÃO

A infraestrutura escolar é pauta de políticas públicas e programas governamentais. Os recursos destinados à construção de escolas bem estruturada e as discussões sobre a importância destes elementos estruturais estão continuamente presentes nas discussões das políticas públicas educacionais.

Sobre infraestrutura escolar, em meados de 1980 Castro e Fletcher (1986) expuseram sobre as condições materiais das escolas brasileiras da época. Eles colocam explicitamente a questão da eficiência e da eficácia dos gastos públicos com educação e da relevância da infraestrutura das escolas para o aprendizado dos alunos.

Na mesma linha, Sátyro e Soares (2007) estudam a infraestrutura escolar com base nos dados dos censos escolares de 1997 a 2005. Os autores falam da necessidade de conhecer melhor o impacto das condições materiais das escolas nos resultados educacionais. Em outro trabalho, Soares, Razo e Fariñas (2006) incluem a infraestrutura escolar como fator importante para explicar os baixos resultados da educação na área rural.

A infraestrutura escolar envolve vários itens básicos, como o fornecimento de água, energia elétrica, manutenção e limpeza dos ambientes, salas de aulas confortáveis com mobiliários adequados e de boa qualidade, banheiros e cozinha. Engloba ainda espaços de apoio didáticos como bibliotecas, laboratórios, quadras, salas para professores, coordenadores e diretores, secretarias, almoxarifados, etc. E passa também por equipamentos e materiais didático-pedagógicos, como computadores com acesso à internet e demais insumos tecnológicos.

Em 2011 foi feito um estudo em escolas de 16 países da América Latina, em um total de 200 mil estudantes do ensino fundamental. Tal estudo, capitaneado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) com base em um levantamento de dados feito em 2006, analisou os padrões de ensino e aprendizagem em escolas e a conclusão foi de que, estudantes inseridos em ambientes com uma boa infraestrutura estão mais aptos a aprender do que aqueles que estudam em escolas menos preparadas. Segundo dados da pesquisa, os alunos poderiam subir as

médias de pontos em provas de linguagens e de matemática caso tivessem condições melhores estruturais (BID, 2011).

Na relação entre a infraestrutura escolar e os resultados acadêmicos, o mesmo estudo aponta que o fator que mais contribui para bons desempenhos é que sinaliza sobre a importante presença de espaços de apoio ao ensino, como bibliotecas, computadores, laboratórios de ciências, auditórios e quadras de esportes.

É possível afirmar, a partir de estudos como este, que a infraestrutura educacional é um dos componentes fundamentais no resultado da qualidade da educação como um todo. E quando esta questão básica não é preenchida, ou mesmo ignorada, além de acarretar aos profissionais da educação certo desconforto para a realização do trabalho, os mantém de mãos atadas para o efetivo exercício do ensino.

Para obter um retrato fiel da educação brasileira, todos os anos o Ministério da Educação realiza o Censo Escolar. O levantamento mobiliza todas as escolas públicas e privadas de educação básica. Participam deste grande esforço – coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) – as secretarias estaduais e municipais de educação e as próprias escolas, responsáveis pelo preenchimento do questionário. O censo escolar tem como principal objetivo fornecer informações e estatísticas para a realização de diagnósticos e análises sobre a realidade do sistema educacional, subsidiando a definição e a implementação de políticas orientadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino (INEP, 2020).

O censo escolar anual permitiu maior equidade na distribuição dos recursos, ao usar como critério o número de alunos atendidos pelas respectivas redes municipais e estaduais, e tornou-se o principal parâmetro para as políticas educacionais, aumentando a eficiência e eficácia dos programas governamentais como merenda escolar, livro didático e dinheiro na escola. Com o cadastro único das escolas e informações precisas sobre o número de alunos por estabelecimento, nível de ensino e série, os desperdícios foram mitigados e ampliou-se a universalização destes programas (INEP, 2020). O censo escolar é, portanto, mais do que uma contagem de alunos, pois cumpre um papel estratégico no fornecimento

de subsídios indispensáveis para a definição de políticas para a melhoria da qualidade do ensino.

Contudo, mesmo com todos os dados fornecidos pelo censo escolar, é senso comum a existência de diferenças profundas entre a infraestrutura existente na escola urbana e a escola situada no espaço do campo. De forma mais concreta e como exemplo, dados do Censo Escolar 2014 no Brasil mostram, no que diz respeito à infraestrutura das escolas urbanas e rurais do país, que há uma discrepância. No quesito saneamento básico, o abismo é enorme. Os números revelam, por exemplo, que 70% das escolas da área urbana contam com esgoto encanado, ante 5% das rurais. Como não contam com rede de esgoto, 80% das escolas rurais dependem de fossa. Mas o que chama atenção é que 15% não tem nenhum tipo de estrutura para lidar com os resíduos (REIS e MORENO, 2015).

É possível projetar que esta dualidade da escola urbana e escola do campo e suas comparações quanto ao que alcança a infraestrutura escolar se insere sobre todos os espaços geográficos do país, provavelmente com maior ou menor intensidade entre diferentes lócus, o que torna os estudos sobre este fenômeno sempre relevante.

Diante deste cenário de existência de um senso comum que pontua diferenças entre a infraestrutura da escola do campo e a escola urbana, da existência de dados que materializam estas diferenças e de um censo escolar que objetiva a equidade de recursos, o presente estudo foi conduzido pela seguinte questão problema: existem dissemelhanças entre a infraestrutura escolar das escolas públicas municipais urbanas e do campo na microrregião de Itapetininga/SP considerados aos anos de 2012 e 2018. Trata-se de um estudo que busca confrontar senso comum, dados de âmbito geral e dados de uma microrregião específica e de interesse para estudo.

Assim, o objetivo geral deste estudo é, dentro do recorte histórico definido, analisar a infraestrutura escolar levantada no âmbito das escolas municipais da microrregião indicada e, a partir desta análise, apontar a existência ou não de diferenças entre as infraestruturas das escolas do campo em relação às do espaço urbano.

Para o alcance deste objetivo geral e direcionamento à resposta da questão problema, este estudo está disposto sobre os seguintes objetivos específicos:

- caracterizar os dados de infraestrutura escolar das escolas municipais dos municípios integrantes da microrregião de Itapetininga;
- analisar comparativamente a infraestrutura escolar das escolas urbanas com as escolas do campo no âmbito de cada município;
- analisar estas mesmas infraestruturas sob o enfoque comparativo entre os municípios da microrregião.

Este estudo se faz importante sob o ponto de vista social pelo cerne do âmbito educacional ser dever constitucional dos municípios, os quais devem asseverar aos discentes um espaço escolar adequado para o ensino de qualidade e equidade de direitos, aportes cabíveis à gestão pública municipal. Adicionalmente, este estudo se faz importante na medida em que não foi encontrado estudo específico sobre infraestrutura escolar das escolas urbanas e do campo na microrregião de Itapetininga.

Sob o ponto de vista metodológico, a pesquisa classifica-se em exploratória e descritiva e quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada por se utilizar de documentos para a coleta de dados, pois busca compreender de forma mais aprofundada este cenário.

O lócus da pesquisa foi escolhido com base no âmbito de atuação profissional e social da autora e com base na definição geopolítica da microrregião de Itapetininga (SP). Cabe destacar que neste estudo o município de Campina do Monte Alegre não foi considerado por não haver disponibilidade de dados das escolas do campo no censo escolar para o recorte histórico definido. Assim, foram considerados neste estudo os seguintes municípios: Alambari, Angatuba, Guareí e Itapetininga.

A principal fonte de dados foi o site QEDu, o qual concentra e replica dados produzidos pelo Censo Escolar do INEP.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente capítulo traz definições básicas dos elementos que serão analisados no estudo aqui proposto, assim como traz perspectivas sobre o conceito de educação do campo. Assim, definições sobre elementos de infraestrutura escolar e seu papel no processo escolar e perspectiva sobre diferenciação do termo rural para “do campo” constituem conteúdo deste capítulo.

2.1 INFRAESTRUTURA ESCOLAR

O termo infraestrutura possui diversos significados que variam conforme o foco que se quer dar na análise. Portanto, não há uma definição completa e pronta, haja vista que seu contexto de uso a define. De forma geral, a infraestrutura é um segmento vital para o desenvolvimento socioeconômico de um país, sendo formada pelos serviços de saneamento, transporte, energia, comunicação e outros que contribuem para o funcionamento e progresso de uma determinada região ou atividade. Qualificada, a infraestrutura repercute positivamente em muitas áreas, assim como cria melhores condições para a vida em sociedade, gera emprego e renda (CARVALHO, 2013).

Neste nosso estudo, o conceito de infraestrutura está diretamente conectado ao contexto escolar e suas condições ambientais e materiais. Assim, o conceito de infraestrutura refina-se para um conceito de infraestrutura escolar. O alcance deste conceito e os elementos que o integram, e que constituem os nossos elementos de análise, são, portanto, de importância teórica.

2.1.1 Infraestrutura e ensino escolar

De forma objetiva, a infraestrutura escolar é o conjunto de elementos ou serviços considerados necessários para que uma organização escolar possa funcionar ou para que suas atividades se desenvolvam efetivamente.

Uma infraestrutura escolar ideal tem componentes básicos que dão forma e espaço ao ambiente em que o aluno se desenvolve e aprende. Entre estes componentes básicos é possível citar: iluminação, material escolar, acesso,

recursos tecnológicos para suporte de desenvolvimento, ensino e aprendizado, espaços de convivência, laboratórios e outros.

Adicionalmente, é pertinente afirmar que pensar na infraestrutura escolar como política, demanda ir para além da construção, implica considerar reformas e adequações dos prédios escolares e a aquisição e manutenção de seus equipamentos e materiais. Aspectos que constituem um tipo de ação na qual a escola deveria ser o ponto de partida e o ponto de chegada, pressupondo a participação da comunidade escolar, aqueles que a vivenciam no dia a dia a escola, e os agentes da política e gestão pública (GOLDEMBERG, 1993).

Para Beltrame e Moura (2016), a busca por um lugar específico para se ministrar aulas é uma preocupação antiga. O espaço escolar configura-se como elemento fundamental para a formação do ser humano. A busca da harmonia entre o aluno e o ambiente é uma questão que precisa ser cuidadosamente relacionada, pois deve haver uma interação entre espaço físico, atividades pedagógicas e comportamento humano.

É necessário que os projetos de escolas pensem em edificações que possam ser modificadas ao longo dos anos, além de considerar o conforto ambiental: as condições térmicas, luminosas e acústicas que resultam em variações climáticas comprometendo o bem estar e o aproveitamento didático dos alunos que estejam nesses ambientes (BELTRAME E MOURA, 2016).

Para os mesmos autores, contar com uma boa infraestrutura escolar e com um planejamento para tornar o investimento eficaz é crucial para garantir bons resultados no aprendizado e no desenvolvimento do aluno. Neste contexto, alguns investimentos são importantes para ser utilizados na escola: tecnologia, espaço físico, biblioteca, laboratório, diversificação de ambientes, acessibilidade e outros.

Para Davis e Oliveira (1993), no processo educacional o ambiente social e a interação com outras pessoas é essencial ao desenvolvimento, portanto, a escola deve ser um local estimulante para que o aluno possa desenvolver suas atividades estudantis e para os educadores, onde a estrutura física deve ser atrativa para a prática de atividades socioeducativas. Sob outra forma, afirmam que o ambiente físico e estrutural escolar deve ser visto como parte da vida do aluno de modo que atenda às suas necessidades sociais, cognitivas e motoras.

A deficiência de infraestrutura nas escolas segundo Sátyro e Soares (2007) afeta diretamente a qualidade da educação. Prédios e instalações inadequadas, a inexistência de bibliotecas, espaços esportivos e laboratórios, a falta de acesso a livros didáticos, materiais de leitura, a relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos. Para estes autores, uma escola necessita de instalações e materiais de qualidade, pois o processo de ensino-aprendizagem é complexo e requer estrutura, portanto não se resume em uniformes e material escolar.

Sob a pergunta de como trabalhar sem as devidas estruturas escolares, afirmar que não é possível falar de infraestrutura escolar sem falar sobre os insumos, pois:

[...] insumos escolares são entendidos como infraestrutura de todo tipo: número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar (SÁTYRO E SOARES, 2008, p.09).

Estes elementos, ou insumos como tratados pelos autores, formam um conjunto expressivo que se somam aos projetos pedagógicos, às práticas docentes, aos conteúdos e aos sistemas educacionais como um todo. Estes elementos são o que constituem e denominamos de elementos da infraestrutura.

No âmbito do censo escolar, estes insumos são tratados em um levantamento específico que engloba um conjunto de elementos postos sob a denominação de infraestrutura e sobre os quais se apoiam as análises trazidas neste estudo. Neste sentido, seguem as definições destes elementos.

2.1.2 Elementos da Infraestrutura no censo escolar

Consoante o Censo Escolar, base de dados para este estudo, um conjunto de elementos caracterizam o conjunto da infraestrutura escolar que são medidas ou apontadas no que concerne à existência ou não nas escolas. São eles: alimentação (alimentação e água filtrada), serviços (água, energia, esgoto e coleta de lixo periódica), dependências (biblioteca, cozinha, laboratórios de informática,

laboratório de ciências, quadra de esportes, sala de leitura, sala para diretoria, sala para professores, sala para atendimento especial e sanitário), equipamentos (aparelho de DVD, impressora, antena parabólica, copiadora, retroprojetor e televisão), tecnologia (internet, banda larga, computadores para uso dos alunos, computadores para uso administrativo), acessibilidades (dependências e banheiros acessíveis aos portadores de deficiência) e outros (funcionários em todas as escolas e escolas com organização por ciclos) (NETO *et al.*, 2013)

Para este estudo em específico parte dos elementos foram extraídos para as análises, cabendo, portanto, definir o que alcança cada um destes elementos, conforme exposto nos subtítulos que seguem, na sua definição e implicação o contexto escolar.

2.1.2.1 Alimentação

A alimentação escolar constitui um conjunto de refeições que são servidas nas escolas e ofertadas por meio do Plano de Alimentação Escolar (PNAE), a alimentação está relacionada a um conjunto práticas, como uma boa aquisição de hábitos alimentares, identidade de crianças e adolescentes, neste contexto tem-se a alimentação saudável com planejamento nutricional que garante a qualidade das refeições aos estudantes (SILVA; AMPARO-SANTOS; SOARES, 2018).

Ainda para os autores supracitados há uma dualidade em relação a alimentação escolar, por um lado tem-se a redução das desigualdades e do outro o direito à alimentação como promoção ao direito individual de escolha.

Neste sentido, até para as crianças de situação social mais estável, conhecer as propriedades nutritivas dos alimentos é fundamental para a criação de hábitos alimentares saudáveis e seguros na infância, que poderão guiar suas escolhas durante toda a vida.

Sobre a água para consumo humano, esta deve atender parâmetros de qualidade para minimizar possibilidades de veiculação de doenças hídricas. Nas escolas a água é utilizada para o preparo de refeições e para o consumo pelos alunos. Cabe destacar que em julho de 2010, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma resolução que define a água como um direito humano tão fundamental quanto o direito à vida e à liberdade (COSTA, 2014).

2.1.2.2 Serviços (saneamento, coleta de lixo e energia)

O conceito de saneamento mais difundido e aceito nos dias atuais é o estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para quem saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre seu bem estar físico, mental e social. Em complemento cabe inserir o conceito desenvolvido por Philippi Junior (1982, p.5), que conceitua saneamento como "condição essencial para o bem-estar humano, oferecendo situações de produtividade e melhor atuação na vida em sociedade".

Ainda conforme este autor, saneamento básico é reconhecido no Brasil como parte do saneamento do meio: abastecimento de água; coleta e disposição dos esgotos sanitários, incluindo resíduos líquidos e industriais e o controle da poluição pelos esgotos; drenagem urbana (águas pluviais); e acondicionamento, coleta, transporte e destino dos resíduos sólidos.

Assim, em saneamento incluem-se a coleta de lixo, o fornecimento de água tratada, a coleta e o tratamento do esgoto, além da limpeza de vias públicas. São serviços fundamentais para a prevenção de doenças e o aumento da qualidade de vida e bem-estar da população.

Adicionalmente, no contexto de serviços inclui-se ainda o fornecimento de energia elétrica, sendo esta um dos principais serviços de infraestrutura dentro do contexto escolar.

2.1.2.3 Dependências Físicas

Dependências, no contexto de infraestrutura escolar, envolve um conjunto de espaços específicos para o desenvolvimento de atividades por professores e alunos. No nosso estudo, os seguintes elementos e espaços foram considerados para análise: biblioteca, laboratório de informática, laboratório ciências, sala para professores e sanitário.

“O principal objetivo da biblioteca é apoiar, incrementar e fortalecer o projeto pedagógico das escolas, além de valorizar a leitura literária em seu cotidiano e proporcionar condições para que o educador faça uso coletivo do texto

escrito. O uso adequado da biblioteca na escola, que presume a oferta de diferentes práticas de leituras, além de fortalecer a cultura de leitura e escrita, ensina o uso coletivo de bens públicos, no caso os livros, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a solidariedade” (ECOFUTURO, 2020).

A introdução da informática nas escolas é a preparação dos alunos para entrar em um mundo mais tecnológico. Não se justifica a inexistência de sala desse tipo no ambiente escolar, onde alunos terão um contato com os computadores através de aulas de informática básica ou até mesmo em aulas complementares sobre as matérias comuns da escola, com jogos educativos sobre as matérias dadas em sala de aulas entre outras. (NASCIMENTO, 2009)

Outra característica importante dos laboratórios de informática é que muitas vezes nele que crianças e jovens tem o primeiro contato com computadores, firmando assim a importância social desse ambiente, pois é através deles que há a inclusão digital de pessoas que não poderiam ter acesso a tecnologia de outra forma (NASCIMENTO, 2009).

Sobre a dependência do Laboratório de Ciências nas escolas. Para Moran (2013) este proporciona uma aprendizagem mais dinâmica e investigativa que estimula competências e habilidades cognitivas e motoras dos estudantes. Muito mais que recurso pedagógico esse ambiente educacional se configura como um dos melhores investimentos que uma instituição de ensino pode realizar.

A partir do manuseio de seus equipamentos e instrumentos, sempre com orientação e supervisão do professor, os alunos colocam em prática as informações vistas nas salas de aula, o que facilita e estimula o aprendizado. O resultado é a fácil compreensão e assimilação da disciplina.

A sala dos professores é um local essencial para as discussões sobre os processos educacionais dentro da escola. Ao mesmo tempo, sua organização possibilita que professores se sintam convidados a usufruir do ambiente de trabalho, gerem trocas de experiências e conhecimentos, implicando impactos nos processos de planejamento e ação educacional (WINKEL, 2017).

A existência de sanitário é condição mínima de qualidade para a escola. Mais que um direito básico, ter instalações adequadas é requisito para o

aprendizado. A ausência de sanitários fere princípios legais e normas técnicas, a exemplo do Decreto Federal n.º 5.296/2004 e a NBR 9050/04, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (BRASIL, 2004).

Destaca-se que a existência de sanitário envolve também sua localização acessível, dimensões adequadas para cadeirantes, sinalização e especificações de piso, banheiro e lavatório de acordo com as necessidades do público escolar.

2.1.2.4 Tecnologia

As tecnologias na educação são importantes ferramentas na dinamização do processo de ensino-aprendizagem. Aplicada de modo responsável, ela pode trazer diferentes benefícios para alunos e educadores. Com a popularização da tecnologia, tornou-se comum que as novas gerações tenham esses equipamentos inseridos no seu cotidiano, e por essa razão a escola não deve estar distante dessas influências. (NASCIMENTO, 2009)

No contexto do censo, as tecnologias representam equipamentos e softwares a disposição de alunos e equipes de educadores.

2.1.2.5 Acessibilidade

Toda pessoa com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva) deve ter direito à igualdade de oportunidades assegurada. De acordo com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (1996), isso deve começar ainda na fase escolar, a partir do contato com práticas e metodologias que garantam a acessibilidade na escola e, conjuntamente, com equipamentos e instalações físicas adequadas para o público alvo portador de necessidades específicas.

A rede regular de ensino deve oferecer educação especial para qualquer aluno com deficiência, portanto, deve estar pronta para receber, a qualquer momento, estudantes com necessidades próprias.

2.1.2.6 Recursos de Pessoas

Integram o conjunto de estrutura para funcionamento da escola, no âmbito do censo escolar, o componente humano, pessoas profissionais de educação como professores(as), secretários(as), merendeiras(os), monitores(as), serventes, entre outros (INEP, 2020)

Desta forma, tão importante quanto se ter uma infraestrutura adequada para o funcionamento escolar no que abrange espaços físicos, equipamentos e instalações, se faz importante a presença de pessoas.

De forma concreta, é possível afirmar que todos os demais elementos de infraestrutura se sujeitam, naturalmente, à existência de pessoas para utilizarem destes componentes físicos para a ação escolar.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

Definidos os elementos de infraestrutura que serão objeto de apontamento e análise deste estudo, partimos para contextualizar a temática educação do campo, haja vista que se objetiva traçar um comparativo entre a escola do espaço urbano com a escola do espaço do campo.

Neste sentido, os subtítulos que seguem procuram estabelecer uma definição de alcance do termo educação do campo e uma breve contextualização sobre a precarização da escola do campo.

2.2.1 Conceitos básicos

Abordar temas que alcançam a educação do campo exige que se estabeleça, de forma antecipada, qual o conceito de educação do campo que se insere no olhar da autora deste estudo. Complementarmente, como o objetivo se orienta na análise de infraestrutura escolar, é importante que se aborde teoricamente sobre a precarização da escola do campo a partir da sua infraestrutura.

Educação no campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando

também aos espaços pesqueiros, as populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas (ARROYO *et al*, 2011).

Assim, esta modalidade educacional é destinada às populações nas diversas produções de vida citadas, assim como serve também como denominação da educação para comunidades quilombolas, em assentamento ou indígena. Na educação no campo, é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes.

Segundo Arroyo (2004) a Educação do Campo tem conquistado lugar na agenda política nas instâncias municipais, estaduais e federais, devido às demandas que surgiram como fruto de lutas das organizações sociais dos trabalhadores rurais, esta educação vem como um contraponto do trabalhador rural como sinônimo de arcaico e atrasado.

Passo importante nesta conquista se deu a partir de uma denominação, ainda não utilizada na sua amplitude como bem demonstra o censo escolar do INEP, que diferencia a visão de educação do campo frente à visão de educação rural.

Leite (1999) auxilia a entender esta diferença no uso das terminologias. Para tal ele destaca o papel do Estado no desenvolvimento da extensão rural e das preocupações com o atraso educacional que permeava o meio rural no início do século XX no Brasil. Na trajetória desta modalidade educacional, o campesino foi concebido como exemplo do atraso e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura, de onde origina a terminologia rural.

Neste cenário, ele descreve que o movimento social passou a questionar o paradigma da educação rural e propôs a educação do campo como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas ligadas aos trabalhadores do campo, questionando, em essência, os interesses da classe dominante expressos no paradigma da educação rural e as contradições do modo de produção capitalista.

Fernandes *et al* (2004 p. 5) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o “sentido atual do trabalho camponês e das

lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho”. A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunda-se a definição de campo como:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (FERNANDES *et al*, 2004, p. 137).

O lançamento do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária, em 1998, demonstra o fortalecimento da educação do campo na política educacional e demonstra a força dos movimentos sociais conquistada pelo acúmulo de experiências e conhecimentos na área.

O marco da inserção da educação do campo na agenda política e na política educacional pode ser indicado a partir da LDB 9394/96, ao afirmar a possibilidade de adequação curricular e metodologias apropriadas ao meio rural; flexibilizar a organização escolar, com adequação do calendário escolar.

Na sequência, houve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

[...] a educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana (ARROYO, CALDART, MOLINA, p. 176, 2004).

Por conseguinte, expõe-se que:

[...] quem faz a escola do campo são os povos do campo, organizados e em movimento. Se a escola do campo é aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores do campo, ela somente será construída desse jeito, se os povos do campo, em sua identidade e diversidade, assumir este desafio, não sozinhos, mas também não sem sua própria luta e organização (FREITAS E GHEDINI, 2013, p. 290).

Todo este movimento em prol de uma mudança de educação rural para educação do campo teve marcos importantes, como as experiências desenvolvidas por Paulo Freire; as Escolas-Família Agrícolas (EFAs) que chegaram ao Brasil na década de 1960 e as experiências das Casas Familiares Rurais (CFRs), que ocorreram em Alagoas e Pernambuco, tendo se estendido para a região Sul do Brasil, entre 1989 e 1990. Contudo, é possível afirmar que toda a história da educação brasileira mostra o predomínio de uma educação que objetivava "treinar e educar" os sujeitos "rústicos" do rural em contraposição a uma postura de espaço educacional para o cidadão do campo (ANDRADE E DI PIERRO, 2004).

Alinhada a esta determinação de que a educação no espaço geográfico rural deve se voltar para o cidadão do campo, concordamos com Arroyo *et al* (2004), para quem uma política de educação do campo requer o reconhecimento de que a cidade não é superior ao campo. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso, sendo importante, consoante os mesmos autores, que se supere a dicotomia entre o rural e o urbano. Isto posto, estabelecemos aqui nosso entendimento sobre educação do campo e escola do campo a partir da apropriação da concepção de Fernandes (2004):

[...] aquela que trabalha os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, nas suas diversas formas de trabalho e de organização, na sua dimensão de permanente processo, produzindo valores, conhecimentos e tecnologias na perspectiva do desenvolvimento social e econômico igualitário desta população (FERNANDES, CERIOLI, CALDART, 2004, p.53).

Assim, reconhecemos neste estudo que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades, mas não precarizado, mas sim conceituada sob um espaço próprio de construção de identidade campesina.

2.2.2 Precarização da Escola do Campo

Precarização pode ser definida como um processo que torna algo precário, diminuindo sua qualidade e eficiência; ineficiente, inseguro.

Em comparação ao orçamento injetado na Educação por outros países, o Brasil é o que menos investe em ensino fundamental e médio. A análise faz parte do estudo “Um olhar sobre a Educação” realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2017. A instituição verificou os sistemas educativos dos 35 países membros da organização e de outras economias, como Brasil, Argentina, China e África do Sul. De acordo com o documento, o Brasil gasta anualmente, R\$ 11,7 mil por aluno do primeiro ciclo do ensino fundamental (até a 5º ano) e cerca de R\$ 3,67 mil, por aluno dos anos finais, enquanto a média nos países da OCDE é de US\$ 10,5 mil por aluno, com índice de 176% a mais do que o Brasil (FERNANDES, 2017).

O número de professores temporários aumenta a cada ano. Para substituir aqueles que faltam ou pedem exoneração, o Estado recorre a uma forma de contratação precária na qual praticamente não existem direitos. O Professor temporário não pode faltar, não tem direito aos mesmos benefícios e é tratado como se fosse inferior, o que se reflete na atitude dos estudantes.

Ainda que permaneça a tendência de urbanização da população brasileira, dados do IBGE constataam um expressivo contingente de pessoas que vivem no campo. Além disso, conforme documento elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação:

[...] se consideramos como critérios de ruralidade a localização dos municípios, o tamanho da sua população e a sua densidade demográfica, conforme propõe VEIGA (2001), entre os 5.560 municípios brasileiros 4.490 deveriam ser classificados como rurais. Ainda de acordo com esse critério, a população essencialmente urbana seria de 58% e não de 81,2% e a população rural corresponde a praticamente, o dobro da oficialmente divulgada pelo IBGE, atingindo 42% da população do país. Dessa forma focando o universo essencialmente rural sugerido pela proposta do pesquisador é possível identificar em torno de 72 milhões de habitantes na área rural (BRASIL. MEC/INEP, 2007, p.7-8).

Conforme o Ministério da Educação (2003) os principais problemas em relação à educação do campo:

- a insuficiência e precariedade das instalações físicas na maioria das escolas;

- as dificuldades de acesso dos professores e alunos às escolas, em razão da falta de transporte escolar adequado;
- a constante rotatividade de professores habilitados e efetivados e os baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, quando comparados com os que atuam na zona urbana;
- falta de conhecimento especializado sobre políticas de educação básica para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiam uma visão urbana de educação e desenvolvimento;
- ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais;
- predomínio de classes multisseriadas com educação de baixa qualidade;
- desatualização das propostas pedagógicas das escolas rurais;
- necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

De forma geral, afirma Arroyo *et al* (2004) que a educação do campo é pauta de políticas públicas e programas governamentais que há algum tempo exibem pouca atenção e carência de clareza nas suas estruturas. O contraste entre a situação nas escolas públicas de campo e urbanas não se resume à questão do acesso. Ela existe há décadas, e se torna maior à medida que a população das cidades aumenta. Historicamente, a população do campo sempre recebeu menos atenção por parte dos governantes do que os moradores urbanos.

Neste estudo, cabe destacar que os dados são apontados em diversos pontos com a utilização da expressão "rural" em função da terminologia utilizada pelo IBGE e pelo INEP. Este fato expõe, no âmbito do censo escolar, além de manutenção do viés tradicional, um viés discordante das terminologias atuais consideradas mais ao espaço de construção em pauta.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta elementos que se referem ao contexto metodológico deste estudo. Inicialmente é feita uma caracterização do tipo de estudo e na sequência expostos os locais de pesquisa, procedimentos adotados e limitações a partir dos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no Portal QEduc. Tal ferramenta integra o Banco de Propostas Inovadoras em Avaliação da Educação Básica do Inep e foi lançado em 2012, contendo informações e dados públicos sobre a qualidade do aprendizado nas escolas brasileiras.

3.1 TIPO DE ESTUDO

A pesquisa classifica-se em exploratória e descritiva. Exploratória pois segundo Severino (2007, p.123) “busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”, descritiva, por utilizar técnicas de coleta de dados e preocupar-se em analisar e interpretá-los.

Quanto aos procedimentos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, está caracterizada por se utilizar de documentos para a coleta de dados, conforme cita Lopes *et al* (2006, p.22):

(...) são documentos de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizam a observações. Engloba todos os materiais, ainda não elaborados, escritos, ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica.

A pesquisa descritiva possibilitou identificar e descrever as características das escolas na microrregião de Itapetininga, por meio da observação e análise de sobre as escolas das cidades com a finalidade de compreender melhor a problemática, consoante cita Gil (1999, p. 44):

a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. (...) é uma das características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados

O trabalho seguiu orientação de Zanella (2009, p.34) que divide a pesquisa descritiva em quatro partes: descrição, registro, análise e interpretação do funcionamento das instituições de ensino de campo atualmente.

3.2 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na microrregião de Itapetininga, que envolve as cidades de Itapetininga, Alambari, Angatuba, Guareí e Campina do Monte Alegre. Esta última, posteriormente, foi excluída do estudo por não possuir escolas de campo conforme a fonte de dados utilizadas para as análises.

Figura 1- Itapetininga e municípios vizinhos



Fonte: Wikimedia (2006) Adaptado pela pesquisadora.

Visando cumprir o objetivo desse estudo foi realizado levantamento por meio de pesquisas na internet em sites das três esferas de governo e órgãos ligados a educação e estatística, pois grande parte dos dados estão incluídos na obrigatoriedade de divulgação, segundo a Lei de Acesso à Informação.

O presente estudo coletou dados do portal QEduc, um portal desenvolvido pela Meritt e Fundação Lemann. Seu objetivo é permitir que a sociedade brasileira saiba e possa acompanhar como está a qualidade do aprendizado dos alunos nas escolas públicas e cidades brasileiras. No QEduc encontra-se diversas informações obtidas de fontes oficiais do governo brasileiro, como a Prova Brasil, o Censo Escolar e indicadores especiais do Inep. Todas as informações estão disponíveis na página de cada escola, município, estado e para o Brasil. Usada com alta tecnologia e conceitos teóricos sólidos para desenvolvimento do Portal, um site

aberto e gratuito, pelo QEduc toda a sociedade brasileira tem a oportunidade de conhecer melhor a educação do país.

Realizada a coleta dos seguintes dados: quantidade de escolas; matrículas; Alimentação (fornecimento de alimentação, água filtrada); Serviços (água, energia elétrica, esgoto e coleta de lixo); Dependências (biblioteca, laboratório de Informática, laboratório de ciências, sala de professores, sanitário dentro do prédio e sanitário fora do prédio); Equipamentos (impressora, copiadora e antena parabólica); Tecnologia (internet, banda larga, computador administrativo, computador alunos); Acessibilidade (dependências acessíveis, banheiros acessíveis) e Outros (funcionários na escolas). Foi desenvolvida análise do conteúdo das informações com a finalidade de apresentar e discutir a infraestrutura das escolas de campo.

A principal motivação para sustentar o presente projeto de estudo, reside na importância que o tema possui para os alunos das escolas de campo, um tema muito esquecido pelo Poder Público. A escolha pela região de Itapetininga deveu-se a partir de um conjunto de elementos, sob o ponto de vista pessoal, a autora cidadã e moradora do município de Itapetininga (SP), e o *lócus* e objeto de pesquisa foram escolhidos a partir do corrente contato com municípios da região, mais especificamente na área da educação, nos quais foi possível identificar, de forma primária e superficial a existência visual de diferenças entre as escolas urbanas e do campo.

O estudo atravessou dois governos politicamente diferenciados, o recorte histórico adotado foi o ano de 2012, final da metade de um governo, e a primeira metade da última gestão 2018/2020.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo consiste num estudo sob o ponto de vista de coleta de dados e respectivas análises. Para tal, os resultados estão dispostos na sequência, iniciando pelo primeiro subtítulo onde exibimos um panorama da microrregião estudada sob o ponto de vista geográfico e econômico, situando o leitor no lócus de nossa pesquisa regional.

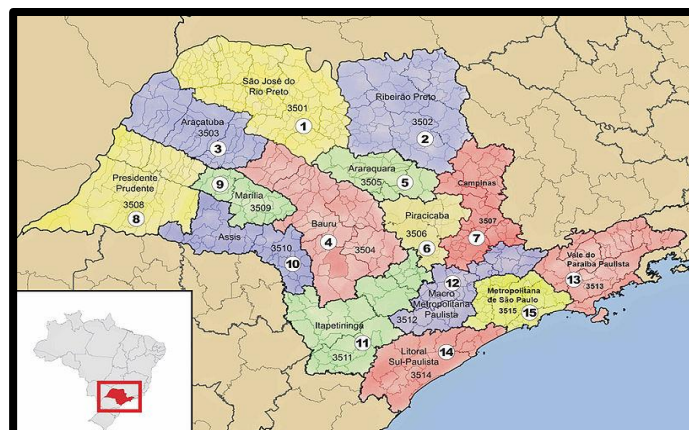
Na sequência são feitas as análises das infraestruturas, consoante os dados obtidos no censo escolar, analisando: a infraestrutura escolar urbana e do campo em cada um dos municípios da microrregião; e pôr fim realizando análise comparativa dos cenários de infraestrutura escolar urbana e do campo entre os municípios da microrregião.

4.1 A MICRORREGIÃO DE ITAPETINGA (SP)

O Estado de São Paulo é dividido pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em 15 mesorregiões, subdividas por sua vez em 64 microrregiões.

A microrregião de Itapetininga é uma das microrregiões do estado de São Paulo pertencente à mesorregião de Itapetininga. Sua população foi estimada em 2010 pelo IBGE em 186.036 habitantes, está dividida em cinco municípios e possui uma área total de 3.730.308 km². Os municípios que fazem parte da microrregião de Itapetininga são: Alambari, Angatuba, Campina do Monte Alegre, Guareí e Itapetininga, identificada, na figura 1, pelo número 11. A Figura 2, aponta os municípios da Microrregião de Itapetininga.

Figura 2- Urbes da Microrregião de Itapetininga



Fonte: IBGE (2006). Adaptado pela pesquisadora

Para contextualizar e caracterizar a microrregião, seguem dados dos municípios da região consoante o censo demográfico do IBGE de 2010. São dados sobre população, IDH, renda per capita e dimensão geográfica. Estes dados servem, complementarmente, para as análises que serão feitas na sequência.

Ressalta-se, como visto na metodologia, que os dados de Campo de Monte Alegre não estão expostos por não ter escolas do campo, objeto principal de nossa análise. A Tabela 1, apresenta os dados populacionais.

Tabela 1: Dados populacionais dos municípios da microrregião de Itapetininga (SP)

município	população (habitantes) (percentual)		IDH	renda per capita (R\$)	dimensão aproximada (km ²)	densidade demográfica aproximada (hab/km ²)
	urbana	Rural				
Alambari	3.672 (75,1%)	1.212 (24,9%)	0,712	556,36	159	30
Angatuba	15.953 (71,8%)	6.257 (28,2%)	0,719	597,99	1030	20
Guareí	8.413 (57,7%)	6.152 (42,3%)	0,687	594,42	568	25
Itapetininga	131.050 (90,7%)	13.327 (9,3%)	0,763	741,64	1795	80

Fonte: Atlasbrasil.org.br /2013, referência ano 2010 (adaptado pela autora).

Sobre os dados da tabela 1, é pertinente destacar a similaridade de IDH entre os municípios, com pequena vantagem para o município de Itapetininga, como esperado em função da importância e protagonismo econômico, e pequena desvantagem do município de Guareí.

Outro dado importante para destacar neste momento e que pode ser útil nas análises comparativas entre as escolas do campo e rural refere-se aos percentuais da população urbana e rural, com expressiva população do espaço urbano na cidade de Itapetininga em contraposição de uma divisão mais equitativa no município de Guareí, ao mesmo tempo em que os outros dois municípios apresentam similaridade na distribuição da população urbana e rural (aproximadamente 75% e 25%).

4.2 INFRAESTRUTURA ESCOLAR NOS MUNICÍPIOS

O objetivo desta seção foi estabelecer uma análise comparativa da infraestrutura escolar em cada um dos 4 municípios da microrregião estudada, para traçar parâmetros para efetuar as análises e comparações planejadas.

Desta forma, iniciamos pelo município de Alambari, depois Angatuba, Guareí e Itapetininga. Para cada um deles serão expostos os dados de infraestrutura coletados e feita uma análise que compara a escola urbana com a escola do campo.

Importante observar que os dados apresentados no censo são coletados junto às escolas, mas podem representar ausência de informação ou atraso nas informações repassadas no sentido escola-censo. Esta ressalva se faz importante porque alguns dados exibidos sugerem falta de provimento.

4.2.1 Município de Alambari: comparativo escola urbana e escola do campo

Na tabela 2 estão expostos os dados coletados a partir do Censo Escolar de 2012 e expostos no site QEdu, conforme indicado no capítulo de metodologia, que se referem ao município de Alambari, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Dados do Censo Escolar do município de Alambari (SP)

Alambari				
	Urbana		Campo	
	2012	2018	2012	2018
DADOS GERAIS				
Quantidade de escolas	4	4	2	2
Matrículas	291	304	155	186
INFRAESTRUTURA				
Alimentação				
Fornece alimentação	4	4	2	2
Água filtrada	4	4	2	2
Serviços				
Água	4	4	2	1
Energia elétrica	4	4	2	2
Esgoto	4	4	0	1
Coleta de lixo	4	4	2	2
Dependências				
Biblioteca	2	0	1	0
Lab. informática	2	2	1	2
Lab. ciências	0	0	0	0
Sala professores	2	2	1	0
Sanitário dentro prédio	3	4	2	2
Sanitário fora do prédio	0	0	1	0
Equipamentos				
Impressora	3	4	2	2
Copiadora	3	4	0	2
Antena parabólica	1	1	0	0
Tecnologia				
Internet	4	4	1	2
Banda larga	4	4	1	2
Computador administrativo	6	7	1	3
Computador alunos	35	25	10	10
Acessibilidade				
Dependências acessíveis	1	0	0	0
Sanitários acessíveis	1	3	0	0
Outros				
Funcionários nas escolas	63	70	21	24

fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

A partir dos dados da tabela 1 e da tabela 2, a análise que segue procura retratar comparativo entre as infraestruturas disponibilizadas para as escolas urbanas e do campo no município de Alambari (SP).

Em relação ao quantitativo de escolas, os números apresentam conformidade na distribuição no que se refere à quantidade de escolas urbanas e do campo, ou seja, a quantidade de escolas em cada espaço (66% urbana e 33% do campo) seguem relativamente alinhadas à distribuição populacional entre os dois espaços apresentados (75% e 25%) como consta na tabela 1. A pequena vantagem na distribuição percentual de escolas do campo refletem a necessidade de escolas que atendam localidades mais distantes uma das outras. Cabe destacar que um novo zoneamento municipal está sendo realizado no corrente ano e por este uma das escolas do campo passará a integrar o espaço urbano, fato que não muda significativamente a proporção população x quantidade de escolas.

Em relação ao número de matrículas, os números apresentam aumento de 5% nas matrículas urbanas, de 2012 a 2018, e de 20% nas matrículas do campo. São dados que não representam necessariamente estímulo à educação do campo e que podem representar esta mesma migração de uma das escolas para o espaço urbano, com crescimento de matrículas pelo avanço urbano.

Dentro do escopo de infraestrutura, no item alimentação não se identifica diferença de tratamento entre as escolas dos dois espaços no que concerne ao atendimento. Estes dados não refletem qualidade e valores de alimentação, mas somente o atendimento.

No item serviços destacamos a existência de apenas uma escola do campo com tratamento de esgoto sanitário no ano de 2018. Como não trabalhamos com a identificação da escola de forma individual, é presumido que seja a escola que entrará no espaço urbano no novo zoneamento.

No item dependências, os números expostos, diferente dos anteriores, exibem mais diferenças entre os espaços estudados. Para os dois espaços chama a atenção a ausência de laboratórios de ciências. Porém, as escolas do campo a precarização se exibem mais acentuada pela falta de bibliotecas e sala de professores.

Em relação aos itens equipamentos e tecnologia, apresentam número iguais entre as escolas os números que dizem respeito ao acesso à internet e serviço de banda larga, com avanço entre 2012 e 2018 para as escolas do campo no que se refere ao atendimento deste item.

Destacamos dois números que se referem ao número de computadores: a redução na quantidade entre 2012 e 2018, no espaço urbano, e a diferença da relação matrículas/computador entre os dois espaços no ano de 2018: 12 alunos/computador na escola urbana e 18 alunos/computador na escola de campo. A redução nas escolas urbanas, se não traduzirem ausência ou erro de informação, espelham a precarização da escola pública tratada por Arroyo (2011) não apenas no campo, mas também na urbana.

Na mesma linha é importante destacar a diferença no quesito acessibilidade: total ausência de atenção a este elemento quando se trata de escola do campo no município estudado.

Por fim, no quantitativo de funcionários o aumento percentual de funcionários para cada um dos espaços foi quase homogêneo (11% e 14%). Porém, no número de matrículas por funcionário, para 2012 e 2018 permaneceram as diferenças, com aproximadamente 4 alunos/funcionário na escola urbana e 7 alunos/funcionário da escola do campo. Como não se analisou se os números atendem às necessidades da escola, é possível apontar apenas que há diferença nesta distribuição entre os dois segmentos.

Postos estes números, podemos concluir que existem diferenças em alguns pontos e equilíbrio em outros. Não se pode afirmar as motivações para as diferenças, mas pode-se afirmar que, quando existentes, traduzem desfavorecimento da escola do campo, ratificando as posições de Arroyo (2004).

4.2.2 Município de Angatuba: comparativo escola urbana e do campo

Para esta segunda análise, que trata do município de Angatuba, os dados utilizados estão postos na tabela 3 e, sobre estes, efetuamos a comparação das infraestruturas escolares.

Tabela 3: Dados do Censo Escolar do município de Angatuba (SP)

Angatuba				
	Urbana		Campo	
	2012	2018	2012	2018
DADOS GERAIS				
Quantidade de escolas	4	4	5	5
matrículas	2109	2421	1174	1164
INFRAESTRUTURA				
Alimentação				
Fornece alimentação	4	4	5	5
Água filtrada	4	4	5	5
Serviços				
Água	4	4	3	4
Energia elétrica	4	4	5	5
Esgoto	4	4	2	2
Coleta de lixo	4	4	5	5
Dependências				
Biblioteca	0	0	0	0
Lab. informática	2	4	2	5
Lab. ciências	0	0	0	0
Sala professores	3	3	2	2
Sanitário dentro prédio	4	4	5	5
Sanitário fora do prédio	0	1	0	0
Equipamentos				
Impressora	4	4	2	3
Copiadora	4	4	2	2
Antena parabólica	0	1	2	0
Tecnologia				
Internet	4	4	2	5
Banda larga	4	4	2	5
Computador administrativo	19	30	8	14
Computador alunos	30	49	40	20
Acessibilidade				
Dependências acessíveis	0	0	0	0
Sanitários acessíveis	2	4	0	1
Outros				
Funcionários nas escolas	164	255	113	111

Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

A partir dos dados da tabela 1 e da tabela 3, a análise que segue procura retratar comparativo entre as infraestruturas disponibilizadas para as escolas urbanas e do campo no município de Angatuba (SP).

Verifica-se no comparativo entre as tabelas que para as escolas urbanas houve um aumento no número de matrículas de 33%, enquanto para as escolas de campo, houve uma diminuição de 10% no número de matrículas.

Quanto ao que se refere a infraestrutura de serviços demonstra-se nas tabelas acima que ainda não há rede de água e esgoto em todas as escolas de campos, restando ainda mesmo após seis anos (de 2012 para 2018) uma escola sem rede de água para utilização dos alunos e funcionários, e 60% das escolas de campos ainda não possuem sistema de esgoto.

Ainda no que tange a infraestrutura nenhuma das escolas do município possui biblioteca. Todas elas passaram a receber infraestrutura de laboratório de informática. Ainda existe déficit de sala dos professores tanto nas escolas urbanas, faltando ainda sala dos professores em uma escola, e nas escolas de campo 60% das escolas ainda não possuem sala dos professores.

De 2012 para 2018, todas as escolas urbanas e de campo possuem internet e banda larga. Havendo também aumento no número de computadores para uso administrativo em ambas. Porém, enquanto nas escolas urbanas houve aumento de 63% no número de computadores para uso dos alunos, nas escolas de campo houve redução de 50%

Em relação ao quantitativo de escolas de Angatuba, os números não apresentam consenso na distribuição no se refere à quantidade de escolas urbanas e do campo. A zona urbana há 4 escolas onde se concentra 72% percentual de habitantes, enquanto na zona rural é 28,2% onde as escolas são em números de 05. Nota-se a disparidade entre a distribuição populacional entre urbano e rural como consta na tabela 1 e a falta de escolas no espaço urbano.

As 5 escolas de campo são duas de anos iniciais e finais e atendimento especializado, 3 escolas de anos iniciais, enquanto as 4 de escolas do espaço urbanos, 1 de anos iniciais, 3 escolas de anos iniciais, finais, atendimento e 1 delas também escolas de jovens e atendimento educacional especializado. Nota-se número reduzidos de escolas na zona urbana onde há os anos iniciais e finais, EJA e AEE.

A distribuição de percentual de escolas urbanas reflete a necessidade de novas escolas que atendam suas localidades. Deve-se destacar a proporção população urbana x quantidade de escolas, onde a média de aluno/escola aumentou de 2012 para 2018.

Sobre os números de matrículas eles apresentam um aumento de 14% nas matrículas urbanas, de 2012 a 2018, e uma queda de 0,09% nas matrículas do campo. São dados que apresentam a migração da educação do campo.

Sobre o escopo de infraestrutura, no item alimentação, não demonstra diferença entre as escolas dos dois espaços no que se refere ao atendimento.

No item serviços, observa-se que as escolas urbanas estão todas atendidas, enquanto nas escolas de campo apenas a energia elétrica e coleta de esgoto estão atendidas, há ainda em 2018 falta de tratamento de esgoto em 3 escolas.

No item dependências, chama a atenção a falta de bibliotecas e laboratórios de ciências nos dois espaços estudados. Banheiros dentro do prédio foram atendidos em todas as escolas dos espaços. Nas dependências: salas de professores foram atendidas em 75% nas escolas urbanas, e nas escolas de campos foram atendidas em 40%, percebe-se a escassez nos dois espaços e cresce mais nas escolas de campo. É nítido a precarização nas escolas de campo onde se expõe mais marcante as ausências de dependências.

Em relação aos itens equipamentos e tecnologia, foi atendido nas escolas urbanas sobre impressora e copiadora, e queda no número das escolas de campos e incluindo a falta de antena parabólica em 2018.

Sobre o que se referem ao número de computadores houve aumento do ano de 2012 a 2018 nos dois espaços, mas o número de computadores e funcionários continua precário em 2018 nas escolas de campos. Sobre os itens internet e banda larga nota-se o atendimento em ambos os espaços nos anos de 2018.

Os números que se referem na quantidade de computadores aumentaram entre os anos de 2012 e 2018 no espaço urbano, como também houve o aumento das matrículas em 14% de alunos, tornando esses números de computadores insignificantes na melhoria para os alunos.

No campo a quantidade de computadores teve uma diminuição em 50% de 2012 para 2018, mostrando nitidamente a precariedade em relação aos números matrícula/computador. A diferença da relação matrículas/computador entre a zona urbana e de campo no ano de 2018: 49,4 alunos/computadores na escola urbana e 58 alunos/computador na escola de campo.

A redução nas escolas urbanas, não se traduzem ausência ou erro de informação, refletem a precarização da escola pública tratada por Soares (2006) não apenas no campo, mas também no município, e a diferença nos números desta relação demonstra menos atenção dada a este item para a escola do campo.

Sobre o item acessibilidade nas escolas de Angatuba, é importante frisar a não existência de dependências acessíveis em ambos os espaços. Sobre sanitários acessíveis houve atendimento em 2018 em 100% no espaço urbano, e precariedade no espaço de campo havendo atendimento em 20% nesse espaço, reforçando o que diz o autor Arroyo *et al* (2004).

Para finalizar, no quantitativo de funcionários demonstra a diminuição do percentual do espaço urbano (13% e 10,38%) e a quase homogeneização no campo (10,38 e 10,48%). Nota-se que mesmo com aumento de matrículas e de funcionários em 2018, houve uma diminuição de 4 alunos/funcionários, em relação ao campo, permanecendo os mesmos números em 2012 e 2018. Como não se analisou os números se atendem às necessidades da escola, só foi possível apontar apenas que há diferença nesta distribuição entre os dois segmentos.

Com estes números da tabela 3, conclui-se que há diferenças em alguns pontos e balanceamento em outros. Não há como afirmar as motivações para as diferenças, mas pode-se afirmar que, quando existentes, traduzem desfavorecimento da escola do campo, confirmando as disposições de Sátyro e Soares (2007).

4.2.3 Município de Guareí: comparativo escola urbana e do campo

Para esta terceira análise, que trata do município de Guareí, os dados utilizados estão postos na Tabela 4 e, sobre estes, efetuamos a comparação das infraestruturas escolares.

Tabela 4: Dados do Censo Escolar do município de Guareí (SP)

Guareí				
	Urbana		Campo	
	2012	2018	2012	2018
DADOS GERAIS				
Quantidade de escolas	4	5	6	2
Matrículas	1143	1264	152	102
INFRAESTRUTURA				
Alimentação				
Fornecer alimentação	4	5	6	2
Água filtrada	4	5	6	2
Serviços				
Água	4	5	5	2
Energia elétrica	4	5	6	2
Esgoto	4	5	2	2
Coleta de lixo	4	5	1	2
Dependências				
Biblioteca	1	0	0	0
Lab. informática	2	1	0	0
Lab. ciências	0	0	0	0
Sala professores	4	1	1	1
Sanitário dentro prédio	4	5	6	2
Sanitário fora do prédio	0	0	0	0
Equipamentos				
Impressora	4	5	0	1
Copiadora	4	5	0	1
Antena parabólica	2	2	0	0
Tecnologia				
Internet	3	5	0	1
Banda larga	3	5	0	1
Computador administrativo	13	12	0	1
Computador alunos	36	30	15	0
Acessibilidade				
Dependências acessíveis	0	0	0	0
Sanitários acessíveis	0	2	0	1
Outros				
Funcionários nas escolas	104	165	16	10

Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

Sobre as escolas do município de Guareí, nota-se pela tabela 4 apresentada, que, houve um aumento no número de alunos de 2012 para 2018 no percentual de 11% para as escolas urbanas, sendo que no que se refere a prédios construídos houve o aumento de apenas uma escola, enquanto que nas escolas de campos houve diminuição de 6 escolas para apenas 2, havendo redução de 35% no número de alunos e 66% no número de prédios escolas.

Além dessas reduções para alunos de escolas de campo, ainda teve um prejuízo considerável na parte de infraestrutura de tecnologia, não restando nenhum único computador por aluno nas escolas que continuaram a lecionar para esses alunos e redução de 16 para 6 funcionários apenas. A única parte de infraestrutura que houve avanço considerável é que metade das escolas de campos do município de Guareí a partir de 2018 puderam contar com infraestrutura em banda larga, computador administrativo, banheiro acessível e internet, já que em 2012 não havia nenhuma dessas infraestruturas em nenhuma das escolas da zona rural.

Sobre o quantitativo de escolas, os números não apresentam conformidade na distribuição no que se refere à quantidade de escolas urbanas e do campo, isto é, a quantidade de escolas em cada espaço (40% e 60%) em 2012, diminuindo o número de escolas de campo significativamente em 2018, não seguindo à distribuição populacional entre os dois espaços apresentados (57% e 42%) como informa na tabela 1.

A diferença na distribuição percentual de escolas do campo não condiz com a necessidade de escolas que atendam bairros mais distantes um dos outros e piorou em 2018 que diminuiu em mais 50%, a quantidade de escolas de campo, sendo que a quantidade de habitantes continua em 42%, o que torna desproporcional para esse espaço já precarizado.

Quanto ao número de matrículas, ele apresenta aumento de 10% nas matrículas urbanas, de 2012 a 2018, e queda de 33% nas matrículas de 2012 para 2018 no espaço do campo. São dados que não apresentam estímulo à educação do campo e que obriga a migração do espaço de campo avançar o urbano, percebe a grande demanda de matrículas no espaço urbano, corroborando com o autor Arroyo 2004.

No escopo de infraestrutura em alimentação, não foi identificado diferença no trato entre as escolas urbanas e de campo no que diz respeito ao atendimento.

Destaca-se no item serviços que nos dois espaços no ano de 2018 foram atendidos, não podendo esquecer que houve queda de 33% da quantidade de escola do campo de 2012 para o ano de 2018.

Sobre o item dependência, os números apresentados, exibem a ausência das dependências em ambos os espaços. Sobre as escolas de campo a precarização fica mais nítida pela falta de todos os itens em 2018, excluindo o item sanitário dentro do prédio que há em todas as escolas tanto urbanas ou campo. A redução nas escolas de campos mostra a precarização das escolas com suas deficiências de infraestrutura segundo Davis e Oliveira (1993).

Em relação aos itens equipamentos e tecnologia, apresentam uma melhora no ano de 2018 no espaço urbano, mas a precarização no espaço campo é fortemente demonstrado, onde verifica-se que em 2012 não havia internet e 15 computadores/alunos, e em 2018 já com internet não há nenhum computador/aluno.

Destacamos que os números que se referem ao número de computadores, demonstram a redução na quantidade entre 2012 e 2018, no espaço urbano, e a diferença da relação matrículas/computador entre os dois espaços no ano de 2018: 10 alunos/computador na escola urbana e a redução a zero na escola de campo de 2012 para 2018.

No quesito acessibilidade é importante destacar a total ausência de atenção a este elemento quando se trata de escola do campo no município estudado. Quando se trata de acessibilidade, grande parte dos alunos com necessidades especiais se concentram no espaço urbana. Porém, minimamente, as escolas de campo possuem algum elemento de acessibilidade.

Enfim, no quantitativo de funcionários o aumento percentual para o espaço urbano foi de 60% e a redução em 60% de escolas no campo. Porém, no número de matrículas por funcionários, para 2012 e 2018 aumentaram, e no espaço de campo reduziu as matrículas e funcionários em 10%. Não foi analisado se os números atendem as necessidades das escolas, ficando apenas os apontamentos se há diferença nesta distribuição entre os dois segmentos.

Diante destes números, conclui-se que existem diferenças vultuosas e nenhum equilíbrio nos números. Só podemos afirmar as diferenças existentes que traduzem o desfavorecimento da escola do campo, confirmando as posições de Arroyo 2004.

4.2.4 Município de Itapetininga: comparativo escola urbana e do campo

Para esta quarta análise, que trata do município de Itapetininga, os dados utilizados estão postos na Tabela 5 e, sobre estes, efetuamos a comparação das infraestruturas escolares.

Tabela 5: Dados do Censo Escolar do município de Itapetininga (SP)

Itapetininga				
	Urbana		Campo	
	2012	2018	2012	2018
DADOS GERAIS				
Quantidade de escolas	62	62	14	14
Matrículas	8618	6839	1362	1925
INFRAESTRUTURA				
Alimentação				
Fornecer alimentação	62	62	14	13
Água filtrada	62	62	14	14
Serviços				
Água	60	62	11	13
Energia elétrica	62	62	14	14
Esgoto	39	62	8	8
Coleta de lixo	59	62	10	14
Dependências				
Biblioteca	08	12	1	6
Lab. informática	15	13	4	6
Lab. ciências	0	0	0	0
Sala professores	28	31	4	5
Sanitário dentro prédio	61	58	14	13
Sanitário fora do prédio	0	04	0	1
Equipamentos				
Impressora	62	53	9	8
Copiadora	14	29	1	5
Antena parabólica	12	03	1	3
Tecnologia				
Internet	61	62	6	12
Banda larga	61	62	6	12
Computador administrativo	98	87	19	16
Computador alunos	248	235	89	111
Acessibilidade				
Dependências acessíveis	0	7	0	1
Sanitários acessíveis	8	40	0	5
Outros				
Funcionários nas escolas	1451	1716	147	211

fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora).

Traçando um comparativo a partir dos dados da tabela 1 e da tabela 5, a análise que segue procura retratar as infraestruturas disponibilizadas para as escolas urbanas e do campo no município de Itapetininga (SP).

Em relação ao quantitativo de escolas, os números apresentam conformidade na distribuição no que se refere à quantidade de escolas urbanas e

do campo, ou seja, a quantidade de escolas em cada espaço (90% urbana e 10% do campo) seguem relativamente alinhadas à distribuição populacional entre os dois espaços apresentados (90,7% e 9,3%) como consta na tabela 1. A pequena vantagem na distribuição percentual de escolas do campo refletem a necessidade de escolas que atendam localidades mais distantes uma das outras, e que em 2018 houve um aumento proporcional na quantidade de alunos nas escolas do campo, enquanto que houve diminuição nas escolas urbanas.

Em relação ao número de matrículas, os números apresentam diminuição de 5,69 % nas matrículas urbanas, de 2012 a 2018, e aumento de 42,80% nas matrículas do campo. São dados que não representam necessariamente estímulo à educação do campo e que podem representar esta mesma migração de uma das escolas para o espaço do campo, com crescente de matrículas pelas escolas do campo.

Dentro do escopo de infraestrutura, no item alimentação, não se identifica diferença de tratamento entre as escolas dos dois espaços no que concerne ao atendimento. Estes dados não refletem qualidade e valores de alimentação, mas somente o atendimento.

No item serviços, destacamos a existência de oito escolas do campo com tratamento de esgoto sanitário no ano de 2018. Não havendo alterações nesse quesito desde 2012. Ainda com relação ao item serviços, notamos que houve melhoria de 2012 para 2018 no item água encanada, visto que de onze escolas do âmbito rural, passamos a ter treze, ficando somente uma escola sem tratamento de água. Também houve melhoria no item coleta de lixo, pois em 2012, somente dez escolas contavam com esse serviço e agora as quatorze escolas da área rural contam com coleta de lixo.

No item dependências, os números expostos, diferente dos anteriores, exibem mais diferenças entre os espaços estudados. Para os dois espaços chama a atenção a ausência de laboratórios de ciências. Porém, nas escolas do campo a precarização se exhibe mais acentuada pela falta de bibliotecas e sala de professores, houve um aumento nas escolas com biblioteca na área rural de uma escola, para seis que em 2018 contam com esse aparato de ensino. Enquanto na sala dos professores houve somente aumento de uma sala em uma escola em 2018

na área rural, diferentemente das escolas urbanas que hoje exatamente metade das escolas contam com sala dos professores.

Ainda temos dentro do município de Itapetininga quatro escolas com sanitários fora do prédio escolas no ambiente urbano, enquanto no rural apenas uma escola possui sanitário fora do prédio escolar.

Em relação aos itens equipamentos e tecnologia, apresentam redução no número de impressoras, caindo de sessenta e dois para somente cinquenta e três, no ambiente urbano, enquanto no ambiente rural em 2012 tínhamos nove escolas com impressora e em 2018 esse número foi reduzido a oito. No número de copiadoras houve um acréscimo de quatorze para vinte e nove escolas na rede urbana e de um para cinco na rede rural.

Destacamos dois números que se referem ao número de computadores: a redução na quantidade entre 2012 e 2018, no espaço urbano, de 248 (duzentos e quarenta e oito) para 235 (duzentos e trinta e cinco) e a diferença da relação matrículas/computador entre os dois espaços no ano de 2012: 57 alunos/computador na escola urbana e 15 alunos/computador na escola de campo. Já em 2018 esses números passaram para 56 alunos/computador na escola urbana e 17 alunos/computador na escola de campo.

Na mesma linha, é importante destacar a diferença no quesito acessibilidade: tendo quase ausência de atenção a este elemento quando se trata de escola do campo no município estudado, e números relativamente pequenos quanto a escola urbana com somente sete escolas com acessibilidade e somente 40 com sanitários acessíveis.

Por fim, no quantitativo de funcionários o aumento percentual de funcionários para cada um dos espaços (18,2% e 45,7%). Porém, no número de matrículas por funcionário, para 2012 e 2018 houve diferenças, com aproximadamente 9,7 alunos/funcionário na escola urbana em 2012 e em 2018 7,7 alunos por funcionário enquanto de 9,3 alunos/funcionário da escola do campo em 2012, para 2018 9,1 alunos por funcionário. Como não se analisou se os números atendem às necessidades da escola, é possível apontar apenas que há diferença nesta distribuição entre os dois segmentos.

Postos estes números, podemos concluir que existem diferenças em alguns pontos e equilíbrio em outros. Não se pode afirmar as motivações para as diferenças, mas pode-se afirmar que, quando existentes, traduzem desfavorecimento da escola do campo, ratificando as posições de Arroyo (2004).

4.3 COMPARATIVO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR DO CAMPO ENTRE OS MUNICÍPIOS

O objetivo deste subtítulo é estabelecer uma análise comparativa da infraestrutura escolar do espaço do campo entre os 4 municípios estudados.

Para esta análise foram escolhidos apenas indicadores que apresentaram diferenças ou apresentaram similaridades que puderam ser consideradas como relevantes ou de interesse mais específico.

4.3.1. Quanto à quantidade de escolas, matrículas e funcionários

O Gráfico 1, apresenta o aspecto quantitativo da educação em relação as escolas, população do campo, matrículas e professores de 2012.

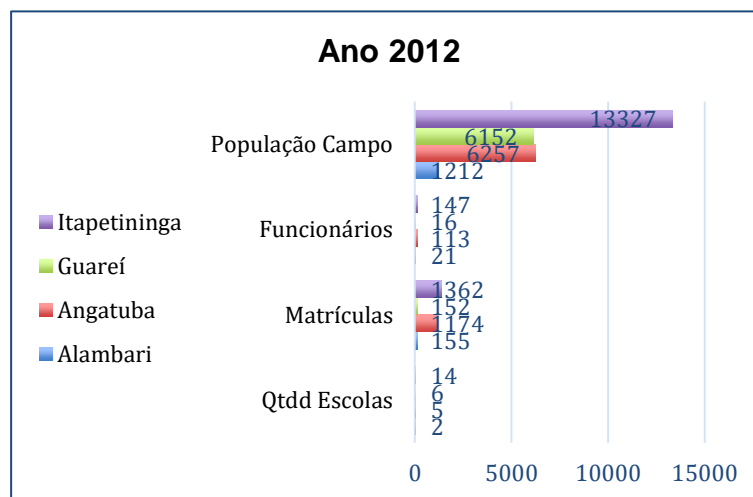


Gráfico 1 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

O Gráfico 2, demonstra a população total, funcionários, matrículas e quantidade de escolas de 2018.

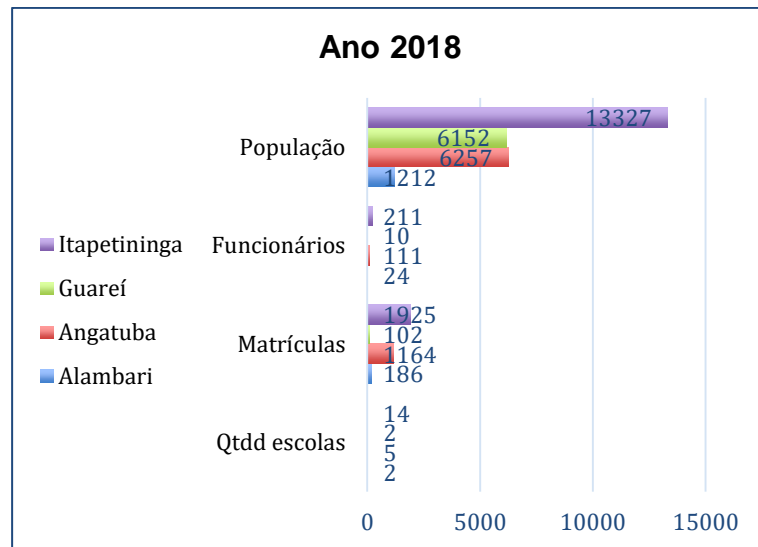


Gráfico 2 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

Traçando um comparativo de cada cidade da microrregião analisada, antes de iniciar cabe notificar que os dados populacionais são do ano de 2010, mas que isto dará pouco impacto haja visto a pequena variação populacional média do país da década. Iniciamos aqui pela cidade de Alambari. Nos dois períodos analisados (2012 e 2018) o número de prédios escolares se manteve o mesmo, enquanto que houve aumento de 20,1% no número de matrículas de um período ao outro, e aumento de 10% no número de funcionários, passando cada escola a ter 12 funcionários em 2018, sendo que contavam apenas com 10,5 funcionários em 2012.

Traçando o mesmo comparativo acima em relação a cidade de Angatuba, o número de escolas de campo, também permaneceu o mesmo, havendo diminuição de 9% no número de matrículas, o que provavelmente se deu por mudança dos alunos da área rural para a urbana, e, houve redução de 2 funcionários de 2012 a 2018, totalizando 22,2 funcionários em cada escola de campo desse município.

Já no comparativo traçado para a cidade de Guareí, houve grande diminuição no número de escolas de campo, sendo 70,8% de redução no número de escolas para atender a demanda de alunos do campo, havendo ainda redução de 35% no número de matrículas efetuadas de um período ao outro (2012 a 2018), houve redução também no número de funcionários contratos em 40%, porém, devido à redução no número de escolas em 2012 Guareí contava com apenas 2,66

funcionários por escola, enquanto que em 2018 esse número quase dobrou sendo 5 funcionários por escola.

Sobre as matrículas os dados não mostram necessariamente estímulo a educação no espaço do campo, apenas migração do espaço urbano para o campo e vice versa.

Já o município de Itapetininga, que é o maior e com maiores recursos da microrregião analisada, houve permanência no número de prédios escolares de campo, mesmo sendo demonstrada a necessidade de ao menos um prédio a mais para atender a demanda no número de matrículas, porém, não temos dados comparativos para saber se houve construção de mais salas de aula nesses prédios escolares, onde houve aumento de 27% no número de matrículas efetivas para as escolas de campo, havendo também o aumento de 45% no número de funcionários também, sendo que em 2012 essas 14 escolas contavam com 10,5 funcionários em cada uma, e em 2018 esse número passou a ser 15,07 funcionários por escola de campo. Como não foi analisado se os números atenderam às necessidades da escola, sendo possível apontar apenas que há diferença nesta distribuição entre os dois segmentos nos municípios da microrregião.

Não temos como assegurar o que motiva as diferenças entre os espaços, mas é possível sim dizer que quando existentes, exprimem o desfavorecimento da escola do campo conforme é citado por Sátyro e Soares (2007).

4.3.2 Quanto aos serviços

O Gráfico 3, apresenta os serviços públicos disponíveis nas unidades de ensino do ano de 2012.

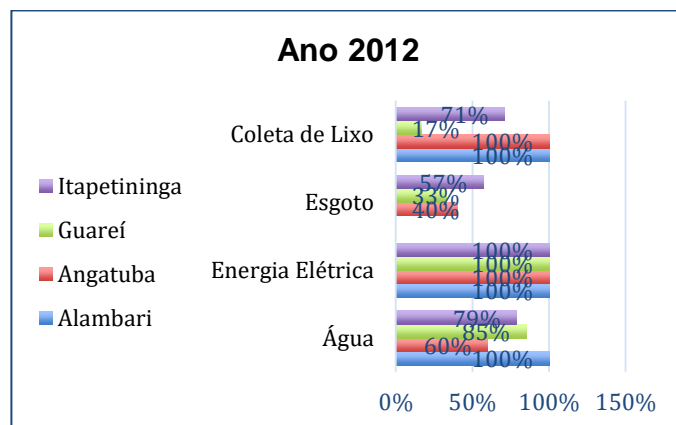


Gráfico 3 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

O Gráfico 4, apresenta os serviços públicos disponíveis nas unidades de ensino do ano de 2018.



Gráfico 4 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

Feita as análises quantos aos serviços nos municípios da microrregião de Itapetininga, os referidos municípios das escolas apresentam uma estrutura elementar ou básica, ou seja, que tem apenas água, energia, esgoto e coleta de lixo, infelizmente ainda há municípios que não tem o básico do básico, exemplo, o esgotamento e água ainda não estão em 100% nos 4 municípios. Essa é a realidade, que além dessas falhas, não podemos esquecer que o aluno, quando chega à escola, tem que ter equipamentos, conforto do ambiente para se concentrar, se dedicar aos estudos e ao aprendizado, portanto confirmando o que o diz Carvalho (2013), sobre qualificada a infraestrutura repercute positivamente em muitas áreas, criando melhores condições para a vida em sociedade, gera emprego e renda.

4.3.3 Quanto às dependências e acessibilidade

O Gráfico 5, apresenta a disposição dos sanitários do ponto de vista do atendimento a acessibilidade do ano de 2012.

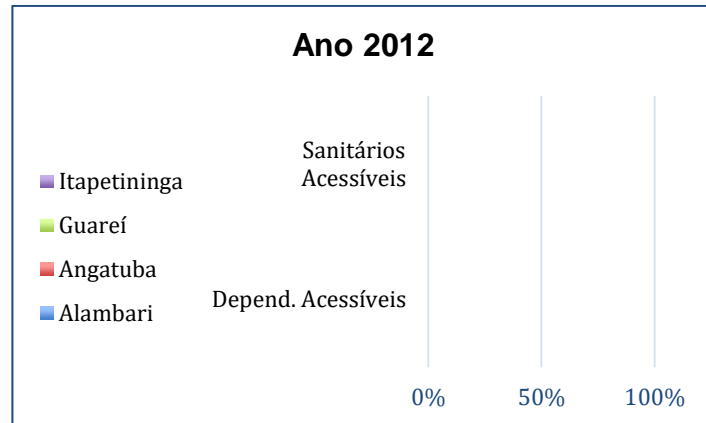


Gráfico 5 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

O Gráfico 6, indica a distribuição dos sanitários do ponto de vista da acessibilidade.

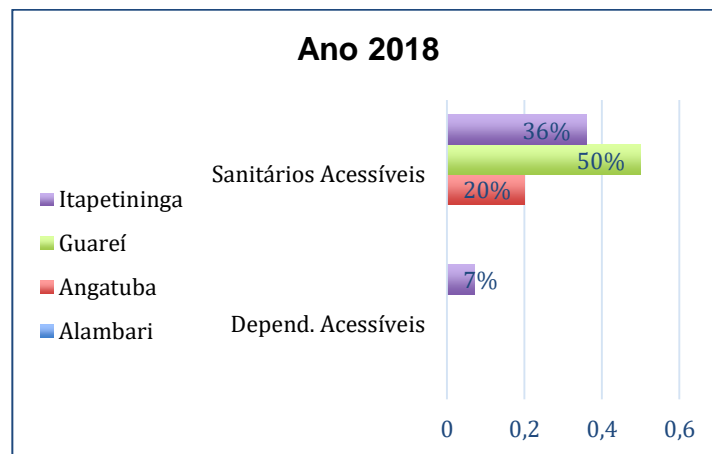


Gráfico 6 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

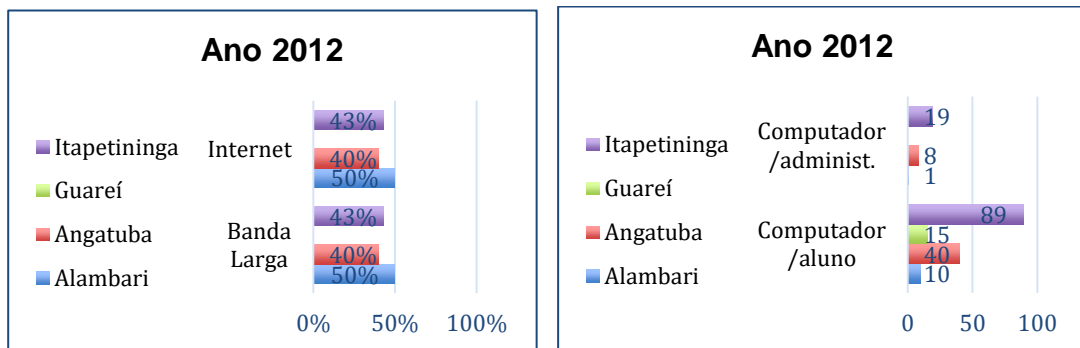
Nota-se nos gráficos 5 e 6, apesar do número baixo de sanitários acessíveis, percebe-se a baixíssima evolução de um gráfico para o outro, demonstrando a realidade dos alunos sobre acessibilidade. No estudo não foi analisado sobre as matrículas Educação Especial no espaço do campo, mas percebeu-se durante as pesquisas o crescimento dessas matrículas realizadas nos anos de 2012 para 2018. Deduz-se que esse crescimento de matrículas de estudantes com deficiência tenha favorecido a acessibilidade dos espaços, mas ainda não está próximo do ideal, que há um longo e incansável caminho a percorrer para ser consideradas inclusivas a pessoas com deficiência. É necessário ter todas as escolas inclusivas em termos arquitetônicos, além de transporte adequado para os discentes, não esquecendo dos desafios relacionados à outras barreiras.

As escolas de campo, geralmente, têm menor número de alunos do que as urbanas, dificilmente as escolas estão completamente preparadas antes de receber seus primeiros alunos com deficiência, percebe-se que é com a vivência com alunos com deficiência é que possibilita às escolas se adaptarem para eliminar essas barreiras arquitetônicas, garantido a constante busca por uma educação de qualidade e inclusiva, ressaltando o que é citado pelos autores Sátyro e Soares, (2008).

Considerando que as escolas costumam fazer as adaptações mediante às necessidades, o número de matrículas de estudantes com deficiência impulsiona a acessibilidade do espaço escolar, é possível dizer que o aumento dessas matrículas de alunos com deficiências pode ser a causa do aumento de escolas acessíveis.

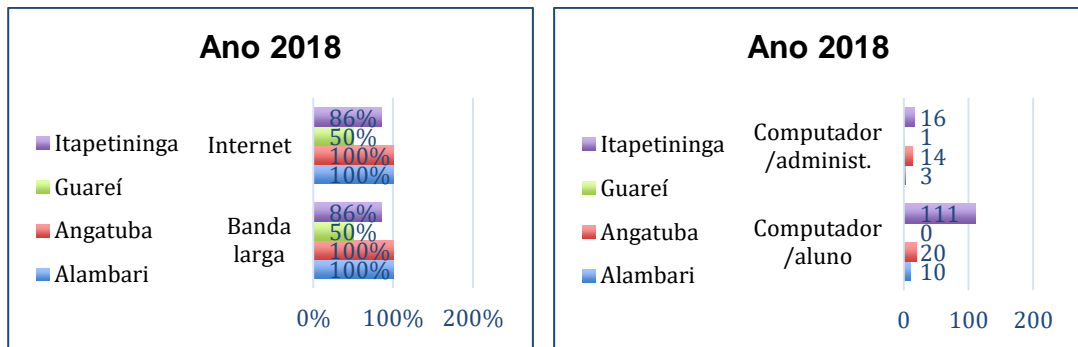
4.3.4 Quanto à tecnologia

O Gráfico 7, apresenta a disponibilidade da internet, o tipo de serviço e a quantidade de computadores para alunos e departamentos administrativos da unidade escolar.



Gráficos 7 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

O Gráfico 8, apresenta a disponibilidade da internet, o tipo de serviço e a quantidade de computadores para alunos e departamentos administrativos da unidade escolar.



Gráficos 8 - Fonte: Qedu.Org.br (2020, adaptado pela autora)

Percebe-se que essas escolas já dispõem da infraestrutura para conectividade à internet, e que houve crescimento do número de 2012 para 2018 no espaço do campo, mas esse crescimento não evidencia se o sinal é liberado para toda a comunidade escolar nesses municípios da microrregião, podendo ter uso restrito com senhas aos alunos, o acesso não liberado aos estudantes impedem de usar o recurso para estudos ou outras questões educacionais. O estudo desses dados não reflete o acesso livre, mas somente o atendimento.

No referido estudo mostrou que a quantidade desses aparelhos se mostra deficitários, pois falta recursos para o investimento adequado em infraestrutura e suporte técnico para tudo funcionar como deveria, ou seja, quantidade e qualidade são algo bem diferentes.

Sem pormenorizar, algumas escolas municipais do espaço do campo possibilitam o uso de tecnologia de forma educacional, mas no entanto, a sua infraestrutura básica necessária para isso não se restringe à quantidade de dispositivos (tablets, notebooks, computador de mesa) por aluno, necessitando juntar aspectos como: cabeamento da rede de boa qualidade; dispositivo de proteção contra panes de energia ou suporte de técnico em Informática, entre outros. Wifi, sem esses serviços não há sinergia, conforme os autores Soares, Razo e Fariñas (2006).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A infraestrutura das escolas municipais nas referidas urbes demonstrou no transcorrer textual que não houve a aplicação dos recursos financeiros nesse setor, percebendo o esquecimento na área da educação, prejudicando os discentes camponeses comparados como os discentes da área urbana, não houve estudo sobre verbas destinadas ao setor da educação.

Pode notar de forma clara e irrefutável a disparidade entre as escolas municipais urbanas com as rurais comparadas em sua infraestrutura, abrangendo elementos como espaço físico, contingente de discentes matriculados, acessibilidade arquitetônica e pedagógica, recursos pecuniários, acompanhamento das evasões escolares, podendo compreender que existe falhas nessa área na Gestão Pública Municipal.

A pesquisa obteve o intuito descritivo e exploratório pelos procedimentos, de uma pesquisa bibliográfica e documental, caracterizada por se utilizar de documentos para a coleta de dados, pois buscando compreender de forma mais aprofundada, tendo em vista o aporte das informações verossímeis e necessárias que tencionaram a compreender o porquê dessas intercorrências, especificamente no âmbito educacional que vem ocorrendo gestão pós gestão sem o interesse que sejam sanados ou amenizados.

Esclarece-se que a opção do tema deu-se após uma reflexão acerca desse assunto que assola esses munícipes moradores das citadas cidades da microrregião de Itapetininga-SP, e hipoteticamente, apresentou as possíveis soluções e caminhos para que a Gestão Pública Municipal de cada urbe tome as devidas e necessárias providências para que os discentes camponeses obtenham oportunidades igualitárias aos discentes urbanos.

E buscou-se na delimitação do tema se ater nas questões pertinentes ao acesso pedagógico e não na distribuição equânime das verbas entre as demais áreas municipais, desvelando quais são os primordiais problemas que as instituições de ensino municipais possuem, precipuamente as que se alocam no espaço de campo.

O resultado das pesquisas levantados foram obtidos dentro dos conceitos teóricos e pelos métodos quantitativos e durante a sua resolução mostrou que há dissemelhança na infraestrutura das escolas municipais urbana e de campo pelos dados apresentados que se fizeram incontestáveis, e a justificativa apontada demonstrou o motivo ao qual optou-se pelo tema e a função da pesquisa sobre a diferença entre a infraestrutura dos espaços urbanos e de campo.

O referencial teórico discorreu sobre tópicos elementares, mencionando a infraestrutura escolar e seu escopo imprescindível elementos correlatos à infraestrutura, a alimentação servida aos discentes urbanos e de campo, serviços essenciais como saneamento, coleta de lixo e energia as dependências físicas escolares.

Foram salientados, ademais, os recursos tecnológicos existentes, a disponibilidade e a acessibilidade comparada entre os discentes urbanos e camponeses, o recurso de pessoas, a educação aplicada no âmbito campestre, concepções básicas e o processo de migração rural para a urbana, tendo em vista a precarização relativa às instituições de ensino rurais, e por conseguinte, apresentou os resultados e discussão que abarcaram o tema.

No objetivo caracterizar os dados de infraestrutura escolar das escolas municipais dos municípios integrantes da microrregião de Itapetininga e realizar uma análise comparativa das conjunturas da infraestrutura escolar urbana e rural, foram realizados o levantamento dos dados e comparando entre todos os municípios com o recorte entre escolar urbana e rural. A disposição de computadores é precária em ambas as localizações, porém no espaço de campo é ainda pior.

O Estudo de Caso desenvolvido, explanou mediante tabelas e gráficos a microrregião de Itapetininga-SP e as demais urbes citadas no transcrito desta pesquisa na exposição da infraestrutura escolar urbana e de campo em relação ao conjunto dos municípios estudados, por conseguinte, foi realizada uma análise comparativa das conjunturas da infraestrutura escolar urbana e de campo.

Deduz-se pelo exposto a clara dissemelhança acentuada correspondente ao acesso educacional atinente a infraestrutura escolar urbana com o de campo, e os discentes camponeses sofrendo as consequências dessa incontestável segregação,

decorrentes de uma Gestão Pública Municipal que não consegue sanar essas intercorrências e nem sequer minimizá-las dentro das reais possibilidades, ensejando pelo intermédio desse estudo que sejam elaboradas outras pesquisa com o tema análogo, tendo em vista à relevância do assunto.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ANDRADE, M.R.; DI PIERRO, M.C. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em Perspectiva: dados básicos para uma avaliação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

BELTRAME, M.B.; Moura, G.R.S. **Edificações Escolares: Infraestrutura necessária ao processo de ensino e Aprendizagem escolar**, Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/3378-12398-1-PB.pdf Acesso em 30 jun. de 2020.

BID. **Infraestructura Escolar y Aprendizajes en la Educación Básica Latinoamericana: Un análisis a partir del SERCE**,. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/artigos/2011-10-18/infraestructura-escolar-e-reducacionais-america-latina%2C9615.html>>. Acesso em: 13 ago. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação (Inep/MEC). **Panorama da Educação do Campo**. Brasília: Inep/MEC, 2007. (44 p.).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 24 de junho de 2020.

BRASIL. **DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 21 nov. 2020.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação (Inep/MEC) EDUCATION AT NA GLANCE 2007. Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/estatisticas_educacionais/ocde/education_at_a_glance/CN_Brazil_OECD_2017.pdf Acesso em 01 de Jul. de 2020.

_____. **Ministério da Educação. Os desafios do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Inep, 2004.

_____. **Ministério da Educação. A importância do Censo Escolar. Brasília:** Inep, 1999.

CARVALHO, André Castro. **Infraestrutura sob uma perspectiva pública: instrumentos para o seu desenvolvimento.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2013. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 20 de junho de 2020.

CASTRO, Cláudio de Moura; FLETCHER, Philip. **A escola que os brasileiros frequentaram em 1985.** Rio de Janeiro: Ipea, Iplan, 1986.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Brasília. **Texto promulgado em 05 de outubro de 1988**> acessado em 20 de junho de 2020.

COSTA, J. D. DA. **Direito Humano a Água.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-agua>>. Acesso em: 15 maio. 2020.

DAVIS, Claudia. OLIVEIRA, Zilma. **Psicologia na educação.** São Paulo: Cortez, 1993.

ECOFUTURO. **A IMPORTÂNCIA DA BIBLIOTECA NA ESCOLA.** Disponível em: <<http://www.ecofuturo.org.br/blog/a-importancia-da-biblioteca-na-escola/>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma caminhada.** In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. *Por uma educação do campo.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 137

FERNANDES, D. **Educação: Brasil está entre os que menos gastam com ensino primário, mas tem investimento 'europeu' em universidade, diz OCDE.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41236052>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

_____. **Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.** In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. *Por uma educação do campo.* Petrópolis: Vozes, 2004. p. 19-62.

_____ FNDE disponível em <https://www.fnde.gov.br/>

FREITAS, Marta Aparecida de. & GHEDINI, Maria Cecília. **A educação formando cidadãos – Uma experiência das aulas do Projovem Campo Saberes da Terra**. IN: FAGUNDES, Maurício Cesar Vitória. (Org.). Projeto político pedagógico nas escolas do campo. Matinhos: Editora UFPR Litoral, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 65–137, ago. 1993.

INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), acessados em 29 de setembro de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. *Boletim de Políticas Sociais*, Brasília, DF, n. 13, mar. 2007.

LEITE, S.C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.

LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide; DANTAS, Felipe; MULATINHO, Caio; MONRANT, Dimmitre - **O fazer do trabalho científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Universitária, 2006.

_____**Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Pacto Nacional da Educação de Campo. SECAD, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **REFERÊNCIAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**. Disponível em: <http://inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/estudo-mostra-realidade-da-educacao-no-campo/21206>. Acesso em: 21 nov. 2020.

_____**MICRORREGIÃO DE ITAPETININGA**, disponível em <http://dicionario.sensagent.com/Microrregi%C3%A3o%20de%20Itapetininga/pt-pt>
MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/metodologias_moran1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

NASCIMENTO, J. K. F. DO. **Informática aplicada à educação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

NETO, J. J. S. *et al.* UMA ESCALA PARA MEDIR A INFRAESTRUTURA ESCOLAR. **Fundação Carlos Chagas, Est. Aval. Educ**, v. 24, n. 54, p. 78–99, 2013.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo *et al.* **Saneamento do Meio**. São Paulo: FUNDACENTRO, 1982. 235p.

QEDU. **Coleta de Dados no Âmbito Educacional e o Processo de Gestão Pública**. 2013. Disponível em: <https://www.qedu.org.br/ideb#o-que-e>. Acessado em: 07. Ago 2020.

REIS, Thiago; MORENO, Ana Carolina. **Brasil urbano x Brasil rural**. Disponível em: Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censoescolar-2014/brasil-urbano-x-rural.html>

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: IPEA, 2007.

SÁTYRO, N.; SOARES, S. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental: 1998 a 2005**. Rio de Janeiro: Ipea, maio 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim, **Metodologia do trabalho científico**, 23 Ed. São Paulo; Cortez, 2007.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 4, p. 2–13, 29 mar. 2018.

SOARES, Sergei; RAZO, Renata; FARIÑAS, Mayte. **Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis**. In: BOF, Alvana Maria (Org.). A educação no Brasil rural. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. p. 47-68.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para apresentação de documentos científicos**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: Capes: UAB, 2009.

WINKEL, S. **Atenção à sala e aos professores**. Disponível em: <[https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1808/atencao-a-sala-e-aos-professores#:~:text=A sala dos professores é,-chave para a escola%22.>](https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1808/atencao-a-sala-e-aos-professores#:~:text=A%20sala%20dos%20professores%20%C3%A9,-chave%20para%20a%20escola%22.>). Acesso em: 15 ago. 2020.